



## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

**OF. EXT.**  
**Nº. 014/2020**  
**GAB. PRES.**

Salvador/BA, 04 de março de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

**OTTO ALENCAR**

Senador da República pelo Estado da Bahia

Senado Federal Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 09

Telefones: (61) 3303-6390 / 6391

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, a Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB, considerando a apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, do Projeto de Lei nº 5.282/2019, de autoria do Senador Antônio Anastasia, vem respeitosamente apresentar-lhe pedido para que Vossa Excelência vote no sentido de rejeita-los.

O referido projeto de lei pretende alterar o artigo 156, do Código de Processo Penal - CPP, estabelecendo a obrigatoriedade de o Ministério Público “buscar a verdade dos fatos também a favor do acusado”.

Se é certo que a legitimidade do Parlamento para modificar a ordem jurídica é indiscutível, igualmente o é a necessidade de que nossas leis atendam ao interesse público e observem a boa técnica legislativa.

Nesse sentido, a AMPEB gostaria de agregar algumas inquietações importantes, que se traduzem em riscos para a sociedade em geral ao ampliar equivocadamente a atuação do Ministério público no curso das ações penais públicas.

Assim sendo, o Projeto de Lei nº 5.282/2019, propõe a inserção de dois novos parágrafos ao texto do art. 156, do CPP. A primeira alteração proposta, determina que o *parquet* deverá ampliar as investigações no curso do processo penal com o intuito de buscar não apenas as provas para a fundamentação da acusação, mas, também,



## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

buscar provas que lastrearão o embasamento da tese defensiva. Ou seja, os membros do Ministério Público realizarão a atividade probatória pertencente a acusação e a defesa.

No que tange a segunda alteração, podemos afirmar que é ainda mais alarmante. Dado que o § 2º propõe a nulidade absoluta de todo o processo penal, caso o Ministério Público realize a atividade probatória pertencente apenas à acusação. Melhor dizendo, será declarada a nulidade absoluta de toda a persecução penal, na hipótese de o *paquet* não realizar uma busca infundável por provas que favoreçam a tese da defesa.

Essa forma de ampliar erroneamente a atuação ministerial desatende ao sistema processual escolhido pela Constituição federal de 1988 – CF/88, caracterizado pela presença de partes distintas, contrapondo-se a acusação e defesa em igualdade de condições, e ambas se sobrepondo à um juiz, de maneira equidistante e imparcial.

Tal garantia, eminente Senador, é uma conquista histórica contra a concentração da produção de provas nas mãos de um único ator processual, além de ser um retrocesso no que se refere a separação das funções de acusar e defender.

Nesse Sentido, o sistema processual brasileiro estabeleceu que a gestão das provas recai precipuamente sobre as partes. O Ministério Público, como titular da pretensão acusatória, irá gerir sua produção probatória no sentido de provar a autoria e a materialidade delitiva do fato. Igualmente, a defesa produzirá provas que demonstrem cabalmente a inocência do acusado ou as atenuantes da pena.

Ainda assim, caso o órgão ministerial, realizando diligências e avaliando evidências – inclusive indicadas pela defesa, conclua que a notícia de fato ou a acusação se revelaram infundadas, isto é, sem justa causa, ao formar seu juízo sobre a investigação ou apresentar suas alegações finais, poderá opinar pelo arquivamento, no primeiro caso, ou pugnar pela absolvição do réu, no segundo caso. Essa realidade indica que as mudanças propostas tornarão as investigações e os processos ainda mais morosos, desnecessariamente, violando, por conseguinte a garantia constitucional da razoável duração do processo e ampliando os já altos custos econômicos, psíquicos, morais, físicos e sociais para o investigado, o acusado e as vítimas.



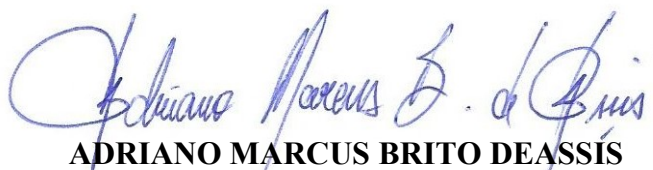
## Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Desta forma, a ampliação da função de produção probatória do órgão ministerial acarretará violação ao direito à celeridade processual, que pertence a todos direta ou indiretamente envolvidos.

Por fim, enfatiza-se que a inovação trazida no § 2º é extremamente descabida, posto que propõe a aplicação da nulidade absoluta do processo nos casos em que o *parquet* não produza provas que interessem à defesa. Frise-se, ainda, que será decretada a nulidade absoluta, sem que haja qualquer avaliação do dolo do agente à violação ao dever legal de documentação. Tal alteração ensejará o manejo de diversas medidas judiciais com o fito único de trancamento de inquéritos policiais ou ações penais em curso, sendo um risco para o sistema processual brasileiro.

Concluindo, e em apoio às ponderações que a AMPEB leva aos cuidados de V.Exa., anexamos ainda a Nota Técnica, feita pelo Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (anexo 01), e a Nota técnica nº 02/2020, elaborada pelo Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP (anexo 02), ambas com os pronunciamentos desfavoráveis ao PL 5.282/2019, confiando que receberão de V.Exa. a mais percuciente reflexão e apoio.

Atenciosamente,



**ADRIANO MARCUS BRITO DEASSÍS**  
Presidente da AMPEB